

Festa na Frente Ecológica da *Associação* Constituinte

O capítulo do meio ambiente aprovado no primeiro turno da Constituinte será mantido na íntegra. A notícia chegou no final do debate sobre poluição por veículos automotores — promovido ontem, no auditório Nereu Ramos, pela Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte e coordenado pela Oikos (União dos Defensores da Terra) — quando seus participantes já tinham votado uma moção com esta finalidade. “Podemos comemorar”, declarou o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), ao anunciar a queda da emenda que retirava o título de “Patrimônio Nacional” de regiões como Amazônia e o Pantanal.

A outra moção aprovada sugere que seja sustado o projeto de lei do senador Nelson Carneiro. Regulamentando a emissão de poluentes por veículos automotores. Este projeto, “sem bases técnicas consistentes”, segundo os especialistas da área presentes ontem ao debate, já percorreu todos os trâmites congressuais e só poderá desaparecer caso haja veto presidencial.

E enquanto permanece “preso” na Mesa do Congresso, o deputado Feldmann agiliza a apresentação — possivelmente na próxima sessão da Câmara — de um projeto mais consistente sobre a matéria, baseado nas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e sob orientação do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) e Programa Nacional de Certificação de Conformidade de Veículos Automotores. Tramitando em regime de urgência, ele poderá estar aprovado em dois meses, calcula o deputado.

O debate ontem — sobre qual o combustível mais poluente, o álcool ou a gasolina — produziu um conclusão fulminante: a saída não é retirar os produtos poluentes, como chumbo, da gasolina ou simplesmente limitar o número de veículos em circulação no País — 15 milhões em todo o território e quatro milhões em São Paulo. O mais importante é definir a política energética nacional — incentivar o Programa do Alcool, por exemplo, combustível comprovadamente menos poluidor, e encontrar outras fontes de energia. Afinal, as reservas mundiais de petróleo acabarão em, no máximo, 40 anos.

Também definir a matriz de transporte — qual o melhor tipo de veículo para transportar o maior número de pessoas e que não produza agentes poluidores. “E estas decisões não podem ser tomadas nos gabinetes fechados da Petrobrás”, destacou Fábio Feldmann.